



Poder Legislativo.  
Câmara Municipal de Ilhéus.  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

**PARECER Nº \_\_/2025.**

PARECER DA COMISSÃO DE  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
FINAL SOBRE O PROJETO DE LEI Nº  
080/2025 QUE "DISPÕE SOBRE A  
OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO  
DE DESFIBRILADORES EXTERNOS  
AUTOMÁTICOS (DEA) EM LOCAIS QUE  
ESPECIFICA NO MUNICÍPIO DE  
ILHÉUS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS."

Trata-se de parecer desta comissão acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 080/2025, de autoria do Vereador Tandick Resende, que dispõe sobre "a obrigatoriedade da instalação de desfibriladores (DEA) em locais que especifica no Município de Ilhéus e dá outras providências".

Segundo consta na justificativa do autor, estudos apontam que o uso do DEA nos primeiros 3 a 5 minutos após a parada cardiorrespiratória pode aumentar as chances de sobrevivência em até 70%. Cada minuto sem desfibrilação reduz a probabilidade de sucesso na ressuscitação em cerca de 7 a 10%.

É o breve relato dos fatos.

**I. DA FUNDAMENTAÇÃO:**

No desenho administrativo brasileiro, os Estados e os Municípios não dispõem de autonomia ilimitada para dispor sobre sua própria organização, não

Praça J. J. Seabra, S/N, Centro – Ilhéus/BA  
[www.camaradeilheus.ba.gov.br](http://www.camaradeilheus.ba.gov.br)  
(73) 2101-2600

1



Poder Legislativo.  
Câmara Municipal de Ilhéus.  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

dispondo, por tanto, de liberdade absoluta ou plenitude legislativa nessa matéria, prerrogativa só conferida ao poder constituinte originário.

Como consequência disso, impõe-se, por simetria, pelos entes federados, dos princípios e das regras gerais de organização adotados pela União, dentre os quais se sobressai o princípio da separação e harmonia entre os Poderes, com previsão nas Constituições, consagrado no artigo 2º da C/88. Na concretização desse princípio, nossa Constituição Federal previu matérias cuja iniciativa legislativa reservou expressamente aos Municípios, senão vejamos:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

A Constituição do Estado da Bahia, por extensão, reproduziu esse regramento, conforme dispõe o artigo 59 da Carta estadual, *in verbis*:

**Art. 59 - Cabe ao Município**, além das competências previstas na Constituição Federal:

(...)

**IX - legislar, em caráter suplementar, para adequar as leis estaduais e federais às peculiaridades e interesses locais.**

A proposta não usurpou competência atribuída ao Chefe do Executivo, por não se enquadrar em nenhuma das hipóteses constantes do art. 54 da LOMI e nem do art. 77 da Constituição Estadual da Bahia.

Quanto ao mérito, a proposta visivelmente atende interesses da comunidade ilheense, sendo por tanto, digna de seguir ao crivo do plenário.

**II. DO VOTO DO RELATOR:**

Praça J. J. Seabra, S/N, Centro – Ilhéus/BA.  
[www.camaradeilheus.ba.gov.br](http://www.camaradeilheus.ba.gov.br)  
(73) 2101-2600



Poder Legislativo.  
Câmara Municipal de Ilhéus.  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Ante o exposto, preenchido os requisitos da Lei Complementar 95/98, manifestamos nosso voto pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 080/2025**, e por tanto digna de prosseguir ao crivo do Egrégio Plenário.


Sala das Comissões, em 01 de Agosto de 2025.


  
**EDERJÚNIOR SANTOS DOS ANJOS**  
Relator

### III. DO VOTO DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final acompanham o voto do relator, **PELA APROVAÇÃO DO PL Nº 080/2025**, de autoria de Sua Excelência, Vereador Tandick Resende.

Sala das Comissões, em 01 de Agosto de 2025.

  
**PAULO CARQUEIJA**  
Presidente da Comissão

  
**EDERJÚNIOR SANTOS**  
Vice-Presidente da Comissão

  
**MESAQUE SOARES**  
Membro da Comissão



**Câmara Municipal de Ilhéus/BA**  
**Gabinete do Vereador Tandick Resende de Moraes**  
**Júnior**

Projeto de Lei nº 080/2025

(Do Vereador Dr. Tandick)

Dispõe sobre: “Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de Desfibriladores Externos Automáticos (DEA) em locais que especifica e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Ilhéus, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 57 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

**Art. 1º.** Ficam obrigados a manter, em suas dependências, pelo menos um (01) Desfibrilador Externo Automático (DEA), os seguintes estabelecimentos localizados no Município de Ilhéus, cuja concentração ou circulação média diária seja igual ou superior a 100 (cem) pessoas:

- I – Escolas públicas e privadas;
- II – Terminais marítimos (ferryboats), rodoviários e similares;
- III – Shopping centers, centros comerciais e empresariais;
- IV – Estádios, ginásios e arenas esportivas;
- V – Hotéis, motéis e pousadas com capacidade igual ou superior a 50 (cinquenta) hóspedes;
- VI – Supermercados, hipermercados e atacadistas;
- VII – Casas de espetáculos, teatros, cinemas e similares;
- VIII – Clubes sociais e esportivos;
- IX – Eventos públicos e privados de grande porte (shows, comícios, feiras e festivais);
- X – Academias e centros de treinamento físico.

§ 1º Os estabelecimentos citados no caput deverão capacitar, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seus colaboradores com treinamento em Suporte Básico de Vida (SBV), realizado por instituições ou profissionais credenciados junto ao Conselho Nacional de Ressuscitação ou entidade equivalente reconhecida.

§ 2º A obrigatoriedade prevista neste artigo aplica-se tanto a estabelecimentos públicos quanto privados, ficando ressalvadas as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

§ 3º Os locais onde os DEAs estiverem instalados deverão ser devidamente sinalizados com placas indicativas, em conformidade com normas técnicas de segurança e acessibilidade.

**Art. 2º.** Os desfibriladores externos automáticos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- I – Operação simplificada, permitindo utilização por pessoas leigas devidamente treinadas;
- II – Segurança no disparo de choque elétrico, com acionamento apenas em casos de fibrilação ventricular comprovada;

*Rand Resende de Moraes Junior*



**Câmara Municipal de Ilhéus/BA**  
**Gabinete do Vereador Tandick Resende de Moraes**  
**Júnior**

- III – Portabilidade e resistência, possibilitando transporte em kits de primeiros socorros;
- IV – Autossuficiência para monitoramento de baterias e componentes eletrônicos, alertando para manutenção preventiva;
- V – Conformidade com normas técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais órgãos competentes.

Art. 3º. O descumprimento ao disposto nesta Lei implicará a imposição de multa no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) por infração.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados exclusivamente a ações e programas municipais de saúde pública.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados a ações e programas municipais de saúde pública.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, podendo definir critérios complementares para sua execução e fiscalização.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Os casos omissos serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, observando as normas federais e estaduais pertinentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de Julho de  
2025.

**Tandick Resende de Moraes Júnior**  
**Vereador da Câmara Municipal de Ilhéus**



**Câmara Municipal de Ilhéus/BA**  
**Gabinete do Vereador Tandick Resende de Moraes**  
**Júnior**

## **JUSTIFICATIVA**

Nobres Edis,

O presente Projeto de Lei visa garantir maior segurança à população do Município de Ilhéus, estabelecendo a obrigatoriedade de instalação de Desfibriladores Externos Automáticos (DEAs) em locais de grande circulação de pessoas.

As **doenças cardiovasculares** são a principal causa de morte no Brasil e no mundo, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). No Brasil, estima-se a ocorrência de cerca de 350 mil mortes anuais por doenças cardiovasculares, sendo que uma em cada cinco mortes está relacionada a essas patologias.

A utilização precoce de desfibriladores é medida de reconhecida eficácia. Estudos apontam que o uso do DEA nos primeiros 3 a 5 minutos após a parada cardiorrespiratória pode aumentar as chances de sobrevivência em até 70%. Cada minuto sem desfibrilação reduz a probabilidade de sucesso na ressuscitação em cerca de 7 a 10%.

A iniciativa está em perfeita consonância com o **art. 196 da Constituição Federal**, que consagra a saúde como direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos. Ainda, fundamenta-se no **art. 30, incisos I e II, da CF/88**, que atribuem ao município competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual.

Ressalta-se a razoabilidade da medida, que **exclui microempresas e empresas de pequeno porte** para evitar impacto desproporcional, e prevê capacitação de colaboradores e conformidade técnica dos equipamentos, garantindo a efetividade da política pública.

No aspecto técnico, o uso de DEAs já é regulamentado pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, por meio da **RDC nº 751/2022**, o que assegura a qualidade e a segurança dos dispositivos disponibilizados no mercado brasileiro.

Do ponto de vista econômico, o investimento na aquisição e manutenção dos DEAs é relativamente baixo se comparado ao impacto positivo da medida, que salva vidas e reduz a sobrecarga dos serviços de emergência.

Por fim, a medida fortalece o princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF/88), sendo um exemplo de ação preventiva de grande impacto social.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, que representa um avanço significativo na promoção da saúde e na proteção da vida dos cidadãos de Ilhéus.

*Tandick Resende de Moraes Júnior*



**Câmara Municipal de Ilhéus/BA**  
**Gabinete do Vereador Tandick Resende de Moraes**  
**Júnior**

Sala das Sessões, 07 de Julho de 2025.

*Tandick Resende de Moraes Júnior*

**Tandick Resende de Moraes Júnior**  
**Vereador da Câmara Municipal de Ilhéus**



S

*Tandick Resende de Moraes Júnior*